

OS OBSTÁCULOS DA INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

THE OBSTACLES TO INCLUSION AT SCHOOL



KELI ADRIANA SCABELLO GONÇALVES

Graduação em Pedagogia pela Universidade Paulista (2008); Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (2011); Professora de Educação Infantil - no CEI Alastair Quintas Gonçalves.

RESUMO

A inclusão é um desafio que implica em mudar a escola como um todo, incluir o tema no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, mudar a postura diante dos alunos com necessidades especiais, inserindo esse grupo nas classes comuns do ensino regular, reconhecendo que cada um aprende de uma forma e num ritmo próprio, integrando-as no grupo sem que haja preconceito, atendê-los de forma plena nas suas dificuldades, concretizar o direito dos alunos com necessidades específicas a frequentarem as classes comuns do ensino regular, na medida de suas necessidades. Embora qualquer pessoa esteja sujeita a adquirir uma deficiência ou ter familiares e ou amigos acometidos por ela, a sociedade ainda tem um comportamento discriminatório para com elas, todo cidadão tem direitos e deveres iguais frente à sociedade, por isso a importância da valorização das peculiaridades de cada um, e a incorporação da diversidade no âmbito escolar, sem que haja nenhum tipo de distinção.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; História da Educação especial; Abordagem histórico-cultural; Obstáculo.

ABSTRACT

Inclusion is a challenge that implies changing the school as a whole, including the issue in the school's Political Pedagogical Project, changing the attitude towards students with special needs, including this group in ordinary regular education classes, recognizing that each one learns in their own way and at their own pace, integrating them into the group without prejudice, fully attending to their difficulties, realizing the right of students with specific needs to attend ordinary regular education classes, to the extent of their needs. Although anyone is subject to acquiring a disability or having family members or friends affected by it, society still behaves in a discriminatory way towards them. Every citizen has equal rights and duties in society, which is why it is important to value the peculiarities of each person, and to incorporate diversity into the school environment, without making any kind of distinction

KEYWORDS: Inclusion; History of special education; Cultural-historical approach; Obstacle.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa analisar como a inclusão pode ser inserida no espaço educacional, quais métodos e técnica devem ser utilizadas nas escolas comuns, para que possam se adequar a este processo, não só a escolas, mas também os professores, a família e a comunidade.

A partir de pesquisas bibliográficas nota-se que a inclusão é possível desde que o professor e a comunidade estejam totalmente preparados e abertos para que os resultados alcançados sejam positivos. Como tal, sua prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim fazer parte da educação como um todo, acontecendo nas escolas regulares e constituindo-se em mais um sinal de qualidade em educação, quando oferecido a qualquer aluno que dela necessite, por quaisquer que sejam os motivos e garantindo que os alunos portadores de necessidades especiais frequente a escola mesmo que esteja frequentando outra associação. E por fim se faz necessário a criação de estratégias para que as crianças com necessidades especiais possam se sentir integrada no seu grupo, com todas as condições de aprendizagem, apesar das diferenças.

UMA VISÃO GERAL HISTÓRICA DA INCLUSÃO

Antigamente os deficientes eram separados, afastados de qualquer convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e todo tipo de crendice. Afinal, o que era diferente era desconhecido e misterioso, e o desconhecido era fonte de medo.

Segundo Bueno (1993) a partir do século XIX, que foi o século das grandes descobertas na área da medicina, biologia e saúde, começou-se a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas para seus problemas. Assim, iniciou-se o que se chama de "segregação institucional", onde o deficiente era "tratado" como doente em algumas instituições, eram recebidos em asilo de

cunho religioso ou filantrópico, que para muitos era sua última moradia. Ao mesmo tempo, foram surgindo as escolas especiais e centros de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que os deficientes poderiam ser produtivos quando recebessem um treinamento adequado.

Segundo este mesmo autor, essa afirmação é parcialmente correta por duas razões: em primeiro lugar, grande parte das deficiências mentais não eram detectadas, na medida em que a realidade social não exigia níveis de atuação individual que tornasse necessária à sua determinação. Assim, somente aqueles hoje considerados como os mais graves é que deveriam ser incluídos no rol da loucura. As internações em hospícios e asilos atendiam os considerados loucos e aqueles que possuíam deficiência mental, para lá também eram levadas pessoas pobres que fossem cegas, surdas, possuidores de graves limitações físicas e outros que eram considerados elementos perturbadores da ordem vigente.

Ao findar a discussão a respeito do processo de educação das pessoas com deficiência, nos séculos XVI e XVII, pode-se afirmar que ele representou o início do movimento contraditório de participação-exclusão que caracteriza todo o desenvolvimento da sociedade capitalista, que se baseia na homogeneização para a produtividade e que perpassará toda a história da educação especial, Bueno (1993).

O período subsequente é marcado pela institucionalização da educação especial, com a criação das primeiras escolas públicas destinadas ao atendimento de pessoas com deficiência.

No Brasil, Segundo Mazzotta (2003), a inclusão da educação especial na política educacional vem ocorrer no final dos anos 50 e no início da década de 60 do séc. XX. A educação especial no Brasil ocorreu em dois períodos marcados pela natureza e abrangência das ações desencadeadas para a educação dos portadores de deficiência. Conforme o autor, no primeiro período que foi de 1854 a 1956 tiveram iniciativas oficiais e particulares isoladas e no segundo período de 1957 á as iniciativas oficiais de âmbito nacional.

No primeiro período de 1854 a 1956, Mazzotta (2003), o atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início no Brasil mais precisamente no dia 12 de setembro de 1854 foi tomada à primeira providencia e foi concretizada por D. Pedro II através de um decreto imperial fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos meninos cegos.

Em 17 de maio de 1890, Marechal Deodoro da Fonseca, juntamente com Benjamin Constant mudam através de um decreto o nome da instituição para: Instituto Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Em 26 de setembro de 1857 D.Pedro II fundou no Rio de Janeiro o imperial instituto de surdos e mudos INES que era voltado para educação literária e ao ensino profissionalizante de surdos e mudos de 7 a 14 anos, Mazzotta (2003).

A instalação desses programas, Segundo Mazzotta (2003) abriu possibilidades de discussão da educação dos portadores de deficiência, no 1º Congresso de Instituição pública em 1883, entre outros temas figurava a sugestão de formação de professores para cegos e surdos. No segundo império em 1874 o Hospital Estadual de Salvador, na Bahia iniciou assistência aos deficientes mentais (atendimento-médico-pedagógico).

No começo do século XX (1900), surgem os trabalhos científicos sobre a educação dos portadores de deficiência, indicando o interesse da sociedade por tais problemas, até 1950, havia 40 estabelecimentos de ensino regular para atendimentos escolar especial, mantidos pelo poder público sendo um federal e os demais estaduais, segundo o MEC / CENESP no mesmo período, três instituições especializadas atendiam deficientes mentais e a educação de outros deficientes.

No segundo período de 1957 a 1993, as iniciativas desse período são oficiais de âmbito nacional, o atendimento aos excepcionais foi explicitamente assumido, a nível nacional, pelo governo federal com a criação e campanhas especificamente voltadas para esse fim.

Em 1960 Segundo Mazzotta (2003), a CADEME-Campanha Nacional de Educação e reabilitação de Deficientes mentais, essa campanha tem por finalidade promover a educação, o treinamento, a reabilitação e a assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo da seguinte forma: cooperação técnica e financeira a todas as entidades que cuidam de crianças retardadas e outros deficientes mentais; incentivar a formação de professores e técnicos em crianças deficientes mentais; incentivar a assistência social e médica; estimular as funções educacionais destinadas à crianças retardadas; incentivar e promover estudos técnicos a respeito: congressos , palestras; manter intercambio entre instituições nacionais e estrangeiras; auxiliar a integração do deficiente mental aos meios educacionais comuns, etc.

A primeira a ser instituída foi à campanha para a Educação do Surdo Brasileiro C.E.S.B, instalada no Instituto Nacional de Surdos o INES, que tinha por finalidade promover todos os meios ao seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência no mais amplo sentido, em todo o Território Nacional, outro órgão de foi o CENESP – Centro Nacional De Educação Especial -1973 tem como função coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial no período pré-escolar , nos ensinos de 1º e 2º grau , supletivo e superior para deficiências da visão , audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta e os superdotados visando a participação progressiva na comunidade; controlar programas e projetos de educação especial , com assistência técnica ou financeira do MEC , Ministério de Educação e Cultura; promover e realizar pesquisas e experimentações que visem a melhoria da educação dos excepcionais; promover treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos , na área especifica da Educação Especial.

Como decorrência destes fatores, a expansão da educação especial no Brasil não tem sido suficiente para dar conta de toda a demanda que lhe vem sendo atribuída e muitos daqueles que dela realmente necessitam permanecem sem condições de ter acesso à mesma.

No Brasil, assim como nos demais países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, as políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência vêm reproduzindo a estrutura classista presente na sociedade capitalista. Esta reprodução vem se aprofundando devido à falta de investimentos públicos em recursos humanos e materiais para a escolarização delas, o que faz com que a grande maioria dos surdos, dos cegos e daqueles com graves dificuldades físicas e ou cognitivas, fique sem possibilidade de ter acesso a uma educação de qualidade.

Além disso, ao lado da rede pública, a rede privada de educação especial assume papel preponderante na medida em que foi e continua sendo responsável por ampla parcela do atendimento

oferecido, através de entidades filantrópico-assistenciais, de um lado, e, de outro, através de empresas prestadoras de serviço de alto nível técnico e elevado custo financeiro.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO DECORRER DA HISTÓRIA

Segundo Mazzota 2003, O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criados. No decorrer da história, foram diversas as atitudes assumidas pela sociedade em certos grupos sociais com pessoas deficientes, tais atitudes foram mudando de acordo com os fatores econômicos, culturais, filosóficos e científicos.

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito pregava a ideia da condição humana como indicação de perfeição física e mental. E quem não se parecia com Deus era considerado sub-humano e posto à margem da sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX, com ao advento da industrialização que gerou muitas mudanças sociais e descobertas científicas, surgem alguns esclarecimentos sobre problemas congênitos, disfunções sensoriais e distúrbios mentais e físicos.

Após a II Guerra Mundial instala-se um campo fértil para discussão dos direitos que garantissem igualdade e fraternidade entre os seres humanos. Para isso, foram elaborados documentos e pela sua importância pode-se citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seus artigos 1º e 2º.

Até então as alternativas e modalidades de atendimento ao deficiente seguiam um padrão segregativo e centralizador, pautado na discriminação e exclusão.

A partir da década de 90, com a Declaração de Salamanca (1994) a qual teve como objetivo específico de discussão a atenção aos alunos com necessidades especiais reafirma-se o compromisso com a educação para todos (Declaração de Jomtien, 1990)⁵, reconhecendo-se a necessidade e urgência da educação para as crianças, jovens e adultos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Ao assinar esta Declaração, o Brasil comprometeu-se com o alcance dos objetivos propostos, que visam a transformação dos sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos.

À luz do século XXI não cabe mais discriminar ou excluir. Atitudes como estas se tornam desajustadas. Porém, é preciso lembrar que foi a partir da reflexão sobre fatos historicamente condenáveis que se percebeu a evolução de conceitos e condutas acerca das pessoas com deficiência.

A política de integração do portador de deficiência nas escolas regulares vem desde 1970 em classes especiais, onde tinham como prioridade Normalização do Indivíduo, isto é, um processo de adaptação, que o indivíduo tenha as mesmas oportunidades dos demais cidadãos, mas essa é uma política que deixa o indivíduo estagnado. Segundo o MEC (Ministério da Educação e Cultura), as classes especiais não deverão ser extintas, devendo os professores responsáveis, passar ao professor da classe regular seus conhecimentos em relação aos portadores de necessidades

Educacionais Especiais.

As deficiências são definidas em quatro categorias: a deficiência física, a deficiência mental, a deficiência auditiva e a deficiência visual. Além da múltipla, quando a mesma pessoa possui várias deficiências.

De acordo com Organização Mundial de Saúde, 15% (quinze por cento) da população de cada país é composta por pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência. Estima-se que no Brasil 10.000 pessoas fiquem deficientes físicas por mês. Assim, podemos estimar que, há aproximadamente 20 milhões de pessoas que são portadoras de qualquer tipo de deficiência em nosso país.

Em decorrência do aumento desses números, essa questão vem se tornando importante ponto de preocupação e discussão entre pesquisadores (médicos, psicólogos, educadores etc.); as pessoas portadoras de deficiência vêm conquistando seu espaço na sociedade, reconhecendo seus direitos e deveres como cidadão, trabalhando, estudando, praticando esportes, constituindo família. Mas dentro do imenso universo das pessoas portadoras de deficiências, quantas tem acesso a tudo isso?

A grande maioria dessas pessoas, apesar de se encontrarem nos grandes centros urbanos, não tem acesso a uma vida normal, em grande parte pela simples falta de informação que vem acompanhada pela falta de apoio e de condições econômicas, arquitetônicas, emocionais etc. Se levar em consideração que as pessoas portadoras de deficiência têm seus pais, irmãos, parentes, amigos, vizinhos, médicos etc., no mínimo, cada portador de deficiência tem em média, cinco pessoas ligadas diretamente a ele. Isso representa um universo estimado de mais de cem milhões de brasileiros envolvidos diretamente a esse universo. Ou seja, mais da metade da população brasileira.

Esse número cresce a cada dia, pois todos os dias nascem mais crianças com problemas mentais, físicos, auditivos ou visuais. O principal fator responsável por esse crescimento, são as pessoas "normais", que por força de acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, violência urbana, doenças diversas e outras fatalidades, acabam tornando-se, no decorrer de sua vida, portadores de deficiência.

Desta maneira, o conceito de "Necessidades Educacionais Especiais" passará a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Afirmaram-se inúmeras vezes que a educação especial na maioria dos países tem seguido padrão semelhante de evolução. Num primeiro momento, caracterizado pela segregação e exclusão, a "clientela" é simplesmente ignorada, evitada, abandonada ou encarcerada, quando não exterminada. Num segundo, há uma modificação no olhar sobre a referida "clientela", que passa a ser percebida como possuidora de certas capacidades, ainda que limitadas, como por exemplo, a de aprendizagem.

Em função desta modificação ocorre o que se poderia chamar de "velha integração", ou seja, os excluídos começam a ser integrado a certos setores sociais, mas ainda predomina um olhar de tutela, e as práticas correspondentes, no que lhes diz respeito, muito embora já não seja mais a de rejeição e medo, ainda seria excludente, na medida em que se propõe a "protegê-los", utilizando-se, para tanto, de asilos e abrigos, dos quais estas pessoas raramente sairiam, e nos quais seriam submetidas a tratamentos e práticas, no mínimo, alienantes.

Ocorre então um terceiro momento, marcado pelo reconhecimento do valor humano destes indivíduos, e como tal, o reconhecimento de seus direitos. Aqui poderíamos caracterizar o segundo momento do movimento pela inclusão como denominado de "nova integração", ou inclusão propriamente dita. Na maioria dos países, este momento tem se acirrado em especial a partir da década de 60, e nele se verifica uma predominância dos seguintes aspectos:

- Os avanços científicos, cuja produção e disseminação de conhecimento vem, não apenas promovendo a desmistificação de certos preconceitos fundados na ignorância sobre as diferenças da espécie humana, como também alertando para a necessidade cada vez mais urgente da união de povos em função da defesa do planeta por motivos ecológicos que hoje nos são óbvios;

- Um crescente pensar de cunho sociológico denunciando e questionando consistentemente o sentido de práticas discriminatórias e clamando por um mundo democrático;

- O avanço tecnológico, principalmente no terreno das telecomunicações, que vem aproximando ainda mais os povos e disseminando ainda mais rapidamente as informações, ao mesmo tempo em que provocando a necessidade de uma força de trabalho cada vez mais instruída e, se possível, especializada, capaz de atender à competitividade que o progresso tecnológico, entre outros aspectos, impõe às sociedades contemporâneas.

Por mais paradoxais e contraditórios que possam parecer, todos esses aspectos vêm se refletindo conjuntamente nos sistemas educacionais dos mais diversos países, ainda que em alguns estes reflexos venham sendo observados mais tardiamente. O fato é que tais reflexos geram consequências inevitáveis à educação especial.

Por um lado, o mundo sonha com a igualdade de valor entre seres humanos, e como tal, com a garantia da igualdade de direitos entre eles. Por outro lado, este mesmo mundo já não mais comporta a existência da ignorância, seja porque ela gera a dependência que incapacita o desfrute de direitos, ou seja, porque ela exclui o ser humano de um ritmo de produção cada vez mais vital àquela crescente competitividade, por lhes dificultar o exercício pleno de um de seus deveres como cidadãos: o de trabalhador produtivo e, conseqüentemente, o de contribuinte. A implementação das diretrizes nacionais para a educação especial passou a ser obrigatória para Estados e municípios desde 1º de janeiro de 2002, mas, segundo especialistas, pouco foi feito até agora. Uma das determinações das diretrizes é o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns de o ensino regular.

Segundo a Secretaria Estadual da Educação, há 33 mil alunos com alguma necessidade especial em escolas estaduais e instituições conveniada. Cerca de 17 mil são atendidos pela secretaria nas 1.485 escolas da rede estadual: são 593 com classes especiais, 249 com classes

comuns e salas com recursos para deficientes e 643 somente com classes comuns.

A educação inclusiva, apesar de encontrar, ainda, sérias resistências (legítimas ou preconceituosas) por parte de muitos educadores, constitui, sem dúvida, uma proposta que busca resgatar valores sociais e fundamentais, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos. Porém, para que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino se efetive, possibilitando o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrículas nas escolas da Rede Pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém não suficientes.

As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá beneficiar, não apenas os alunos com necessidades educacionais especiais, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

Nesse sentido, a figura do professor de educação especial é digna de atenção no contexto da educação inclusiva, uma vez que a principal fonte de insegurança e resistência da escola regular quanto ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais é o medo de não saber lidar com as especificidades daqueles alunos além de não se sentirem preparados para essa tarefa.

Dentre os valores que poderiam ser apontados para as escolas inclusivas – e, portanto, mais participativas, destaca-se o respeito às diferenças e, mais do que isso, a valorização da diversidade advinda da sala de aula.

Conforme escreve Perrenoud (1993) ensinar é confrontar-se com um grupo heterogêneo e ter professores com condições de reconhecer, valorizar e saber tirar proveito disso, para suas práticas educativas, partindo de uma reflexão crítica e fazendo valer seu papel de intelectual crítico, é um grande passo na implementação da escola inclusiva.

OBSTÁCULOS A INCLUSÃO

Segundo Mittler, 2003 crianças com habilidades abaixo da média são muito mal servidas pelo nosso sistema educacional. Aquele que é menos capaz academicamente continua a sofrer as consequências de quaisquer que sejam os problemas agudos ou crônicos que afetam o sistema educacional.

Integrar e ensinar, e não somente tolerar, entender a distinção entre os dois tipos de atitude é fundamental quando o assunto é a inclusão na rede pública de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, como os alunos com deficiência visual, auditiva, física ou mental.

Em contraste com a maioria dos textos sobre inclusão a respeito da reforma e reestruturação das escolas regulares, desejo abordar o modo como países com sistemas de escolas especiais bem estabelecidos podem desenvolver práticas mais inclusivas através da criação ou do fortalecimento dos

vínculos entre escolas especiais e tradicionais. O desafio será diferente em cada país, dependendo da tradição, da cultura, das atitudes e dos meios públicos de financiamento.

Por exemplo, em alguns países, como Inglaterra e Japão, as escolas especiais são publicamente financiadas pelo estado e administradas pelo mesmo governo local; em outros países, as escolas especiais são administradas por organizações não-governamentais, com ou sem verbas do governo.

Necessidade de políticas nacionais claras para desenvolver políticas claras, primeiramente é necessário tentar esclarecer o que significa inclusão. Embora não haja uma definição de comum acordo, existe um consenso de que a inclusão exige uma reorganização fundamental das escolas e salas de aula regulares para atender uma maior diversidade de necessidades das crianças da comunidade. Inclusão envolve mudanças em três níveis (Mittler, 2000): todas as crianças frequentando a escola local, na sala de aula regular e com o devido apoio; todas as escolas reestruturando seu programa de ensino, pedagogia, avaliação e sistemas de agrupamento para garantir acesso e sucesso a todas as crianças da comunidade; todos os professores aceitando a responsabilidade pelo aprendizado de todas as crianças, recebendo treinamento contínuo, apoio do diretor, do corpo administrativo da escola, de seus colegas e da comunidade.

Muitos governos, inclusive o governo brasileiro, comprometeram-se fundamentalmente a promover a inclusão, em conformidade com a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), mas vários dilemas e obstáculos dificultam a evolução rumo à inclusão.

Hoje, no Brasil, milhares de pessoas com algum tipo de deficiência estão sendo discriminadas nas comunidades em que vivem ou sendo excluídas do mercado de trabalho. O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto a socialização do homem.

A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas.

A literatura clássica e a história do homem refletem esse pensar discriminatório, pois é mais fácil prestar atenção aos impedimentos e às aparências do que aos potenciais e capacidades de tais pessoas.

Nos últimos anos, ações isoladas de educadores e de pais têm promovido e implementadas a inclusão, nas escolas, de pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial, visando resgatar o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse segmento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação recomenda que a escolarização de pessoas com deficiências seja realizada na rede regular de ensino e siga os passos da Declaração de Salamanca, assinada por 98 países, que prevê os direitos educacionais de todas as crianças. Qualquer política de inclusão precisa estar firmemente embasada na suposição inicial de que todas as crianças devem ser educadas em escolas regulares. Deve-se reconhecer que os obstáculos à inclusão estão na escola e na sociedade, e não na criança.

- Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades;
- Escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

As inclusões escolares, fortalecidas pela Declaração de Salamanca, no entanto, não resolve todos os problemas de marginalização dessas pessoas, pois o processo de exclusão é anterior ao período de escolarização, iniciando-se no nascimento ou exatamente no momento em aparece algum tipo de deficiência física ou mental, adquirida ou hereditária, em algum membro da família. Isso ocorre em qualquer tipo de constituição familiar, sejam as tradicionalmente estruturadas, sejam as produções independentes e congêneres e em todas as classes sociais, com um agravante para as menos favorecidas.

O nascimento de um bebê com deficiência ou o aparecimento de qualquer necessidade especial em algum membro da família altera consideravelmente a rotina no lar. Os pais logo se perguntam: por quê? De quem é a culpa? Como agirei daqui para frente? Como será o futuro de meu filho?

O imaginário, então, toma conta das atitudes desses pais ou responsáveis e a dinâmica familiar fica fragilizada. Imediatamente instalam-se a insegurança, o complexo de culpa, o medo do futuro, a rejeição e a revolta, uma vez que esses pais percebem que, a partir da deficiência instalada, terão um longo e tortuoso caminho de combate à discriminação e ao isolamento.

O quadro fica mais sério, tendo em vista que a tendência dos profissionais da saúde é sempre ressaltar, no diagnóstico, os aspectos limitantes da deficiência, pois invariavelmente são eles que primeiro são chamados para dar o diagnóstico conclusivo. Os médicos raramente esclarecem ou informam, aos familiares de portadores de deficiência, as possibilidades de desenvolvimento, as formas de superação das dificuldades, os locais de orientação familiar, os recursos de estimulação precoce, os centros de educação e de terapia.

A esses familiares pede-se que aceite uma realidade que não desejam e que não é prevista, uma realidade em que os meios sociais e a mídia pouco abordam e, quando o fazem, é de maneira superficial, às vezes preconceituosa e sem apresentar os caminhos para a inclusão social.

Os pais ou responsáveis por portadores de deficiência, por sua vez, também se tornam pessoas com necessidades especiais: eles precisam de orientação e principalmente do acesso a grupos de apoio. Na verdade, são eles que intermediarão a integração ou inclusão de seus filhos junto à comunidade.

Cada deficiência acaba acarretando um tipo de comportamento e suscitando 60 diferentes formas de reações, preconceitos e inquietações. As deficiências físicas, tais como paralisias, ausência de visão ou de membros, causam imediatamente apreensão mais intensa por terem maior visibilidade. Já a deficiência mental e a auditiva, por sua vez, são pouco percebidas inicialmente pelas pessoas, mas causam mais estresse, à medida que se toma consciência da realidade delas.

A falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar este estigma.

Essa situação se intensifica junto aos mais carentes, pois a falta de recursos econômicos diminui as chances de um atendimento de qualidade. Tem-se aí um agravante: o potencial e as habilidades dessas pessoas são pouco valorizados nas suas comunidades de origem, que, obviamente, possuem pouco esclarecimento a respeito das deficiências. Onde estão as causas da exclusão dessas pessoas no Brasil?

No plano de governo, o que se vê são programas, propostas, projetos, leis e decretos com lindas e sonoras siglas, que ficam, na maioria das vezes, só no papel. Programas similares e simultâneos são lançados em duas ou três pastas, sem que haja integração de objetivos e metas entre eles. Muitas vezes acontecem ações paralelas entre o governo e a iniciativa privada, que ficam desintegradas, superpostas, sem consistência e dirigidas a pequenos grupos, gastando verbas sem mudar o quadro de exclusão existente.

Essas ações não são permanentes, pois a cada mudança de governo são interrompidas, esvaziadas, perdendo a continuidade e a abrangência, sendo que outras aparecem em seus lugares para "fixar" a plataforma de quem está no poder.

Nos estados e municípios, não existe uma política efetiva de inclusão que viabilize plano integrado de urbanização, de acessibilidade, de saúde, educação, esporte, cultura, com metas e ações convergindo para a obtenção de um mesmo objetivo: resguardar o direito dos portadores de deficiência.

As dificuldades são imensas para sensibilizar executivos de empresas privadas, técnicos de órgãos públicos e educadores sobre essa questão. Um sentimento de omissão aparece, consciente ou inconscientemente, em técnicos, executivos e burocratas, quando necessitam decidir sobre o atendimento às necessidades dos portadores de deficiência.

Por outro lado, a ideia de modelos únicos para todos, preestabelecidos, tem excluído pessoas com necessidades especiais dos recursos da sociedade, como comprovam as barreiras arquitetônicas,

sociais e educacionais. No plano dos atendimentos específicos, a realidade é a seguinte:

- Saúde: os locais de atendimentos na área de saúde são pequenos, superlotados e sem infraestrutura. As políticas de prevenção, às vezes, ficam restritas a algumas campanhas de vacinação e os programas de diagnóstico precoce são insuficientes. Os testes com aparelhos de última geração são destinados a poucos; as de terapias e fisioterapias oferecem poucas vagas em relação à demanda; a obtenção de próteses e órteses são difíceis e as filas de espera são enormes para quem não tem poder aquisitivo;

- Área social: os programas para as pessoas com alguma deficiência são, em geral, os que possuem as menores verbas, não existe trabalho efetivo junto às comunidades mais carentes e os grupos de orientação e atendimento estão sempre superlotados;

- Mercado de trabalho: poucos são os empregadores que se dispõem a absorver esse segmento. O portador de deficiência é o último a ser contratado e o primeiro a ser demitido, sendo que sua faixa salarial é, em média, menor que a de seus colegas de profissão;

- Nas áreas de lazer, esportes, cultura e transportes não existem projetos abrangentes que atendam a todos os tipos de deficiência e, nas áreas de comércio, indústria e serviços, a acessibilidade inexistente ou é inconsistente;

- Na educação também não é diferente, pois só as grandes cidades possuem algum tipo de atendimento. A realidade tem mostrado que os ciclos do ensino fundamental, com sua passagem automática de ano, e a falta de formação de professores, de recursos técnico-pedagógicos, de estímulo suplementar, de acompanhamento de equipe multidisciplinar fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais de salas e de professores de apoio deixam a questão da inclusão escolar sem estrutura eficiente, bonita apenas na teoria.

Portanto cabe ressaltar que a inclusão não é uma ameaça, nem menos uma mera questão de terminologia. Ela é uma expressão linguística e física de um processo histórico que não se iniciou e nem terminará hoje. Na verdade, a inclusão não tem fim, se entendida dentro deste enfoque dinâmico, processual e sistêmico que procuro levantar neste trabalho. Até porque, na medida em que o mundo se move em seu curso histórico e as regras e convenções vão sendo revistas e modificadas, novos tipos de excluídos poderão sempre aparecer. Cabe, portanto, aos que possuem consciência a este respeito, manter este estado constante de vigília, para que a luta por um mundo cada vez mais justo e democrático jamais esmoreça.

Muito se tem falado sobre o processo de inclusão, e quase sempre o sentido de que inclusão e integração escolar seriam sinônimas. Na verdade, a integração insere o sujeito na escola esperando uma adaptação deste ao ambiente escolar já estruturado, enquanto a inclusão escolar implica redimensionamento de estruturas físicas da escola, de atitudes e percepções dos educadores, adaptações curriculares, entre outros. A inclusão num sentido mais amplo significa o direito ao exercício da cidadania, sendo a inclusão escolar apenas uma pequena parcela do processo que precisamos percorrer. Uma das maiores barreiras à inclusão é nossa preguiça, nossa falta de compromisso e coerência, ou nossa falta de desafios Mantoan, 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação especial é muito mais do que escola especial. Como tal, sua prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim fazer parte da educação como um todo, acontecendo nas escolas regulares e constituindo-se em mais um sinal de qualidade em educação, quando oferecida a qualquer aluno que dela necessite, por quaisquer que sejam os motivos.

Com isto, o que esta nova concepção, extremamente abrangente, de "Necessidades Educacionais Especiais" provoca, é uma aproximação destes dois tipos de ensino, o regular e o especial, na medida em que esta nova definição implica que, potencialmente, todos nós possuímos ou podemos possuir, temporária ou permanentemente, "Necessidades Educacionais Especiais". E, se assim o é, então não há por que haver dois sistemas paralelos de ensino, mas sim uns sistemas únicos, que seja capaz de prover educação para todos os seus alunos, por mais especial que este possa ser ou estar. Portanto, não se trata nem de acabar com um, nem de acabar com o outro sistema de ensino, mas sim de juntá-los, unificá-los num sistema que parta do mesmo princípio (de que todos os seres humanos possuem o mesmo valor, e os mesmos direitos), otimizando seus esforços e se utilizando práticas diferenciadas, sempre que necessário, para que tais direitos sejam garantidos

Assim se faz necessário atentar para o fato do portador de necessidades especiais estar incluso não o transforma em "normal" no sentido de que suas peculiaridades estejam superadas, pelo contrário, ele continua com suas limitações que deverão ser respeitadas e atendidas. Neste momento entra a capacidade afetiva e pedagógica do educador de perceber estas sutilezas.

Qualquer política de inclusão precisa estar firmemente embasada na suposição inicial de que todas as crianças devem ser educadas em escolas regulares. Primeiramente, deve-se reconhecer que os obstáculos à inclusão estão na escola e na sociedade, e não na criança. O objetivo da avaliação, portanto, é ir além da identificação das dificuldades de uma criança individual. O processo deve também incluir a avaliação dos obstáculos à inclusão no ambiente em geral e na escola local em particular, seguida de um consenso sobre um plano de ação para lidar com esses obstáculos dentro de um determinado cronograma

A fórmula não está pronta, visto que o conhecimento é uma construção inacabada, busca-se um caminho e, com certeza, nesta busca, haverá erros e acertos. O mais importante é que todos devem se conscientizar de que cada ser humano é diferente seja ele portador de necessidade especial ou não. A inclusão é um motivo que implica no aprimoramento da formação dos professores para realizar propostas ensino inclusivo e, também, um pretexto para que a escola se modernize, atendendo às exigências de uma sociedade que não admite preconceito, discriminação, barreiras entre seres, povos e cultura.

Assim, poderemos vislumbrar um futuro diferente para pessoas com e sem deficiência na escola. É claro que essas colocações podem parecer utopias, mas é preciso sonhar para que esse sonho se idealize mesmo que não por completo, já que o pouco pode ser muito para quem está apenas começando a caminhar por uma longa estrada.

REFERÊNCIAS

BUENO, Silveira J. G. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva – Contextos sociais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.